

Um discurso sobre o amor ao nosso país*

RICHARD PRICE

4 de novembro de 1789

[Tradução: GUILHERME TADEU DE PAULA]**

Salmo 122: versículo 2, e os versos seguintes

Os nossos pés estão dentro das tuas portas, ó Jerusalém, onde sobem as tribos; as tribos do Senhor até ao testemunho de Israel. Para darem graças ao nome do Senhor, Pois ali estão os tronos do juízo; os tronos da Casa de Davi. Orai pela paz de Jerusalém. Prosperarão aqueles que te amam. Haja paz dentro de teus muros, e prosperidade dentro dos teus palácios. Por causa dos meus irmãos e amigos, direi: Paz esteja em ti. Por causa da casa do Senhor nosso Deus, buscarei o teu bem.

Nestas palavras, o salmista expressa, em poderosa e bela linguagem, seu amor por seu país, e as razões nas quais ele se funda; e o meu presente propósito é aproveitá-las para explicar o dever que nós temos com nosso país, e a natureza, fundação e expressões apropriadas deste amor que nós devemos cultivar.

* Do original, em inglês, “*A Discourse on the love of our country, delivered on Nov. 4, 1789, at the meeting-house in the old jewry, to the Society for commemorating the Revolution in Great Britain*”, publicado em 1790 pela prensa de George Stafford, para o editor e livreiro T. Cadell. O discurso, proferido na ocasião da comemoração do 101º aniversário da “Revolução Gloriosa” na *Revolution Society* e depois publicado em formato de panfleto, é considerado uma peça clássica do debate político moderno, uma vez que situou as bases da discussão para a interpretação imediata da Revolução Francesa na Grã-Bretanha. Como o leitor poderá ver neste discurso, Richard Price encontrou, em sua pregação religiosa dissidente, um traço de continuidade entre a Revolução Inglesa de 1688 e as duas revoluções contemporâneas, a Americana e a Francesa. Sua interpretação receberia uma severa crítica de Edmund Burke, que, em 1790, escreveu contra Price e a Revolução no país vizinho, a sua obra mais famosa, *Reflexões sobre a Revolução na França*, um texto que hoje é parte da bibliografia básica em disciplinas dedicadas ao século XVIII em um grande número de cursos de Filosofia, História e Ciência Política em todo o Ocidente. Na esteira deste debate, uma série de pensadores políticos da mais absoluta relevância se esmerou em discutir a questão da Revolução e dos Direitos produzindo obras que também se tornaram clássicas, dentre as quais, as peças mais conhecidas são *Os Direitos dos Homem* (I parte em 1791 e II parte em 1792) de Thomas Paine; *Reivindicação dos Direitos dos Homens* (1790) e *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792) de Mary Wollstonecraft; e *Letters to the right honourable Edmund Burke* (1791) de Joseph Priestley. O contato com o texto que abriu os caminhos para este debate, agora disponibilizado em português, pode ajudar o estudante lusófono a compreender de que modo as bases desta importante discussão foram assentadas, sendo este uma referência a mais para mapear este rico e complexo contexto. (N.T.)



** GUILHERME TADEU DE PAULA é doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá e bolsista Capes.

Eu considero isso como um assunto particularmente adequado para a cerimônia do dia de hoje, e para o Aniversário de nossa libertação, na Revolução, dos perigos do papismo e do poder arbitrário; e eu devo, em tal ocasião, me dedicar a assuntos políticos de um modo em que, em qualquer outra época, seria considerado inapropriado para fazê-lo desde o púlpito, pelo que vocês irão, não tenho dúvida, me desculpar.

O amor por nosso país tem sido, em todos os tempos, um assunto de calorosos louvores; e é certamente uma paixão nobre; mas, como todas as outras paixões, ela requer regulação e direção. Existem erros e preconceitos pelos quais, neste caso, nós estamos em um perigo particular de sermos induzidos ao erro – eu vou brevemente mencionar alguns destes para vocês,

Primeiro, que por nosso país significa, neste caso, não o solo ou o lugar da terra no qual aconteceu de nós nascermos; não as florestas e os campos, mas aquela comunidade na qual somos membros; ou aquele corpo de companheiros, amigos e parentes que são associados conosco sob a mesma constituição de governo, protegido pelas mesmas leis, e ligados a nós pela mesma política civil.

Em segundo lugar, é apropriado observar que mesmo neste sentido de nosso país, o amor por ele, que é nosso dever, não implica em qualquer convicção da existência de um valor de superioridade dele perante outros países, ou qualquer preferência particular por suas leis e constituição de governo. Estivesse isso implicado, o amor por seu país seria dever para apenas uma pequena parte da humanidade; por aí há poucos países que desfrutam da vantagem de leis e governos que merecem ser elogiados. Fundar, portanto, esse dever em tal preferência, seria fundá-lo num erro e

numa ilusão. É, no entanto, uma ilusão comum. Há uma mesma parcialidade em países consigo mesmos do que existe entre indivíduos. Todas as nossas predileções devem ser acompanhadas, na medida do possível, por opiniões corretas, – Nós somos muito inclinados a confinar sabedoria e virtude no interior do círculo de nossas próprias relações mais próximas. Nossos amigos, nosso país, e, em geral, tudo relacionado a nós, estamos dispostos a supervalorizar. Um homem sábio vai se precaver dessa ilusão. Ele irá estudar para pensar todas as coisas como elas realmente são, para evitar, deste modo, de sofrer em função de tais afeições parciais que acabam por cegar sua compreensão. Em outras famílias, pode haver tanto valor quanto na sua própria. Em outros círculos de amigos, pode haver tanta sabedoria quanto no seu; do mesmo modo, outros países merecem também estima; mas, apesar disso, nossa obrigação de amar nossas famílias, amigos, e país, e de procurar, em primeiro lugar, o seu bem, permanecerá a mesma.

Em terceiro, é apropriado que eu deseje que vocês particularmente façam distinção entre o amor por nosso país e o espírito de rivalidade e ambição que tem sido comum entre as nações. O que tem sido em toda a humanidade, até hoje, o amor pelo país? O que ele tem sido senão o amor pela dominação; um desejo pela conquista, e uma sede pela grandeza e pela glória, estendendo territórios e escravizando os países ao redor? O que tem sido senão um cego e tacanho princípio, produzindo em todos os países um desprezo por outros países, e formando homens em combinações e facções contra seus direitos e liberdades comuns? Este é um princípio que muito frequentemente tem sido exaltado como uma virtude de primeira grandeza: um princípio do mesmo tipo com o qual os clãs de *Índios* ou tribos de *Árabes*

governam, e os levam a pilhar e massacrar. Como a maioria dos males que apareceram na vida privada, e entre indivíduos, tem sido ocasionada pelo desejo de que seus interesses privados se sobreponham às afeições públicas, a maioria dos males que apareceram entre grupos de homens tem sido ocasionada pelo desejo de que seus próprios interesses se sobreponham ao princípio universal da benevolência; e os levam a atacar aos seus territórios, uns aos outros, violar os direitos uns dos outros, e empenharem-se em construir seus próprios avanços a partir da degradação de todos que estiverem ao alcance de seu poder. O que foi o amor pelo seu país entre os *Judeus*, senão uma lamentável parcialidade em favor de si mesmos, e um orgulhoso desprezo por todas as outras nações? O que foi o amor por seu país entre os velhos *Romanos*? Nós ouvimos muito sobre isso; mas eu não posso hesitar em dizer que, por mais grandiosos que tenham parecido alguns de seus feitos, ele não foi, em geral, melhor do que um princípio que sustentava um bando de ladrões em suas investidas para esmagar toda a liberdade que não fosse a deles. O que é agora o amor pelo seu país de um *Espanhol*, um *Turco*, ou um *Russo*? Pode isso ser considerado como algo melhor do que a paixão por escravidão, ou um apego cego a um lugar onde ele não desfruta de nenhum direito, e onde ele é descartado como se fosse uma besta?

Vamos aprender, a partir de tais reflexões, a corrigir e purificar essa paixão, e fazer disso um princípio de ação justo e racional.

É digno de nota que o fundador de nossa religião nunca tenha mencionado esse dever, ou dado a nós nenhuma recomendação sobre isso; e isso tem sido, por descrentes, uma objeção ao Cristianismo. O que eu disse vai

inteiramente remover essa objeção. É certo que, se tivesse inculcado nos homens um apego aos seus países, o Cristianismo, na época em que foi propagado, indiscutivelmente teria feito mais mal do que bem. Entre os *Judeus* isso teria sido uma excitação para guerra e insurreições, uma vez que eles estavam em uma impaciente expectativa de se tornarem, em breve (como as pessoas favoritas do Paraíso), os senhores e conquistadores da terra, sob o triunfante reino do Messias. Entre os *Romanos*, do mesmo modo, este princípio havia ultrapassado, como eu acabei de observar, os seus limites justos e os transformados em inimigos da paz e felicidade da humanidade. Ao inculcá-los, portanto, o Cristianismo teria confirmado as mais perniciosas falhas tanto dos *Judeus* como dos *Gentios*. Nosso Senhor e seus Apóstolos fizeram melhor. Eles recomendaram aquela BENEVOLÊNCIA UNIVERSAL que é, indiscutivelmente, um princípio mais nobre que quaisquer afeições parciais. Eles insistiram tanto em amar todos os homens, inclusive nossos inimigos, e fizeram que uma ardente e extensiva caridade fosse parte tão essencial da virtude, que a religião que eles pregaram pode, diferente de todas as outras, ser chamada de Religião da Benevolência. Nada pode ser mais amigável aos direitos gerais da humanidade; e fosse isso devidamente respeitado e praticado, todo homem consideraria qualquer outro homem como seu irmão, e toda a animosidade que agora toma conta entre nações em contenda seria abolida. Se você quer qualquer prova disso, pense na parábola de nosso salvador do bom Samaritano. Os *Judeus* e *Samaritanos* eram nações rivais que guardavam uns aos outros, sentimentos de ódio do mais inveterado. O propósito dessa parábola era mostrar a um *Judeu* que até mesmo um *Samaritano*, e, conseqüentemente,

todos os homens de todas as nações e religiões, faziam parte do preceito: AMAI O PRÓXIMO COMO A TI MESMO.

Mas eu estou me afastando do que eu tinha primordialmente em vista; que era, depois de analisar aquele amor pelo nosso país que é falso e espúrio, explicar a natureza e os efeitos nos quais ele é justo e razoável. Com essa visão, eu desejo que vocês recordem que nós somos constituídos de tal modo que nossas afeições se refletem de modo diferente em relação à espécie humana, variando em proporção aos seus graus de proximidade destas pessoas conosco, e de nosso poder de sermos úteis a eles. É óbvio que essa é uma circunstância da constituição de nossa natureza que prova a sabedoria e a bondade de nosso Criador; fossem nossas afeições determinadas iguais, a vida humana seria uma cena de vergonha e distração. Nossas preocupações, de acordo com a ordem da natureza, começam com nós mesmos; e todo homem é encarregado primeiramente com o cuidado de si mesmo. Depois vem nossas famílias e benfeitores, e amigos; e depois deles, nosso país. Nós podemos fazer pouco pelo interesse da humanidade em geral. Ao seu interesse, no entanto, todos os outros interesses estão subordinados. O mais nobre princípio em nossa natureza diz respeito à justiça geral, e aquela boa-vontade que envolve todo o mundo. Eu já observei isso; mas eu não posso deixar de repetir. Enquanto nossa imediata atenção deve ser empregada em promover nosso próprio interesse e o das nossas conexões mais próprias, nós devemos ainda lembrar que o mais limitado interesse deve sempre dar lugar a um interesse mais extensivo. Ao perseguir particularmente o interesse de nosso país, nós devemos levar nossa compreensão para além disso. Nós devemos amar a ele ardentemente, mas

não exclusivamente. Nós devemos procurar o que isso tem de bom, com todos os meios que nossas diferentes circunstâncias e habilidades permitirem; mas, ao mesmo tempo, nós devemos nos considerar como cidadãos do mundo, e cuidar de manter uma justa preocupação com os direitos dos outros países.

A pergunta com relação aos modos (sujeitos a esta limitação) pelos quais nós podemos melhor promover o interesse de nosso país é muito importante; e tudo o que resta deste discurso será empregado para responder isso, e em exortá-los a manifestar seu amor ao seu país pelos modos que mencionarei.

As principais bênçãos da natureza humana são as três seguintes: Verdade – Virtude – e Liberdade. Elas são, portanto, as bênçãos em posse das quais o interesse de nosso país repousa, e o resultado pelo qual nosso amor deve dirigir nossos esforços. Pela difusão do conhecimento, podemos distinguir o nosso de um país de *bárbaros*; pela prática de uma virtude religiosa, podemos distingui-lo de um país de *apostadores, ateístas e libertinos*; e pela posse da liberdade, podemos distingui-lo de um país de *escravos*. Eu vou me alongar por alguns momentos em cada um desses pontos.

Nossa primeira preocupação, como amantes de nosso país, deve ser iluminá-lo. Por que as nações do mundo são tão pacientes sob despotismo? Por que se rastejam perante tiranos, e se submetem a serem tratadas como se elas fossem um rebanho de gado? Não é porque são mantidos na escuridão, e querem conhecimento? *Iluminem* a eles e você os elevará. Mostrem a eles que eles são *homens*, e eles vão agir como *homens*. Deem a eles ideias justas de governo civil, e deixem eles tomarem conhecimento que isso é uma maneira de obter proteção contra a injúria e de

defender os seus direitos¹, e será impossível para eles se submeterem a governos que, como a maioria dos que existem no mundo, são usurpações dos direitos do homem, e pouco mais que artifícios para permitir que *poucos* oprimam *muitos*. Os convençam que a Divindade é um Ser justo, benevolente e onipotente, que se preocupa da mesma forma com todas suas criaturas, garantindo sua benevolência aos que têm um desejo honesto de conhecer e fazer sua vontade; e aquele zelo por doutrinas místicas que guiaram homens a odiar e molestar uns aos outros será exterminado. Estabeleça a religião perante estes homens como um serviço racional, consistindo não em qualquer tipo de ritos e cerimônias, mas em adoração a Deus com o coração puro, praticando retidão por medo de desagradá-lo e por apreensão de um futuro juízo justo, e aquela cruel e sombria superstição será abolida, aquela que até agora, sob o nome de religião, tem o governo civil ao seu serviço, o pervertendo. A ignorância é a mãe da beatice, da intolerância, da perseguição e da escravidão. Informe e instrua a humanidade, e esses males serão eliminados. Feliz é a pessoa que, ao se colocar acima dos erros vulgares, é consciente de haver tentado levar à humanidade essa instrução. Feliz é o filósofo ou o estudioso que, no final da vida, pode refletir que fez uso deste conhecimento e destas habilidades: mas mais feliz ainda deve ser aquele que, ao mesmo tempo, teve razão em acreditar poder ter sido bem-sucedido, e que efetivamente contribuiu, com seus ensinamentos, para disseminar, entre os seus semelhantes, noções justas deles mesmos, de seus direitos, da religião, da natureza e a finalidade do governo civil. Como foram *Milton, Locke, Sidney,*

Hoadly, entre outros nesse país; como foram *Montesquieu, Fenelon, Turgot*, e outros na França. Eles plantaram uma semente que já fincou raízes e agora cresce em direção a uma gloriosa colheita. Pelo contato com seus escritos, nós conhecemos aquelas revoluções que cada amigo da humanidade está agora exultando. Que incentivo eles dão, para nós, em nosso esforço de iluminar o mundo? Cada grau de iluminação que nós podemos comunicar pode produzir o bem maior. Isso ajuda a preparar a mente dos homens para a recuperação de seus direitos, e acelera a derrubada do sacerdócio e da tirania. Resumindo, nós podemos, neste caso, aprender nosso dever com a conduta dos opressores do mundo. Eles sabem que a luz é hostil a eles, e, portanto, trabalham para manter os homens no escuro. Com essa intenção, eles apontaram censores à imprensa; e, em países papistas, proibem a leitura da Bíblia. Remova a escuridão na qual eles trancam o mundo, e suas usurpações serão expostas, seu poder será subvertido, e o mundo emancipado.

A próxima grande benção da natureza humana que eu havia mencionado é a virtude. Ela deve seguir o conhecimento, e ser direcionado por ele. A virtude sem conhecimento cria entusiastas; e o conhecimento sem virtude cria demônios; no entanto, ambos unidos elevam ao topo da dignidade humana e da perfeição. Nós devemos, portanto, se nós servirmos nosso país, fazer de ambos objetos de nosso zelo. Nós devemos desencorajar o vício em todas as suas formas; e nosso esforço para iluminar deve ter em vista, em última instância, a reforma nas maneiras e nas práticas virtuosas.

Eu devo adicionar aqui que na prática da virtude eu incluo o cumprimento dos

¹ Ver “A Declaração de Direitos” da Assembleia Nacional da França (N.A.).

deveres públicos da religião. Se formos negligentes neste aspecto, nós podemos prejudicar de modo decisivo nosso país. Mas é melancólico observar que é uma negligência comum entre nós; e em grande medida isso se deve a uma causa que não é provável que possamos eliminar em breve: quero dizer, os defeitos (será que não posso dizer, os absurdos?) dos nossos códigos de fé e adoração. Em países estrangeiros, os homens da mais alta hierarquia, sem diferenciar a religião que eles veem como estabelecida e a religião Cristã, geralmente seguem para a irreligião e a infidelidade. Este mesmo mal é produzido pela mesma causa em nosso país; e se não for possível levar alguma reforma às nossas liturgias estabelecidas, deve se esperar que a religião perderá seu crédito e pouco disso restará, com exceção entre as pessoas das camadas sociais mais baixas, muitas das quais, enquanto seus superiores desistiram da religião, estão mergulhados em um entusiasmo na religião recentemente revivido; e confundem, como o mundo tem geralmente feito, o culto aceitável a Deus por um sistema de fé que azeda a temperança, e por um ritual de formas que suplanta a moralidade.

Eu espero que vocês não confundam o que eu estou agora dizendo, ou considerem isso como um efeito de um preconceito meu como um dissidente da igreja estabelecida. A reclamação que eu estou fazendo é a reclamação de muitos dos mais sábios e melhores homens na própria igreja estabelecida, que tem longamente clamado pela necessidade de uma revisão da liturgia e seus artigos². Eles foram instituídos mais de dois séculos atrás, quando a Cristandade

estava apenas emergindo da ignorância e da barbaridade das eras escuras. Eles permanecem agora muito parecidos com o que eram antes; e, portanto, não podem ser propriamente adaptados ao bom senso e a liberalidade destes tempos presentes. Essa imperfeição, de qualquer modo, em nossas formas públicas de adoração, não oferece nenhuma desculpa a qualquer pessoa para negligenciar a adoração pública. Todas as comunidades vão ter alguma religião; e é fundamental que elas sejam guiadas por aquela que, ao fortalecer as obrigações de virtude e priorizar que os homens se amem uns aos outros em vez de condenarem-se, é mais favorável ao interesse da sociedade.

Se há um governo no mundo, que dirige todos os eventos, ele deve ser invocado e adorado; e aqueles que não gostam do modo de adoração que é prescrito pela autoridade pública, devem (se eles não conseguirem encontrar uma adoração fora da igreja que eles aprovelem) preparar uma adoração separada, criada por eles mesmos; e ao fazer isso, dar um exemplo de uma racional e valorosa adoração; homens de peso, por sua posição social ou conhecimento, podem fazer o maior dos serviços à sociedade e ao mundo. Eles podem opor o seu testemunho contra aquela aplicação do poder civil que apoia particulares modos de fé que obstruem o desenvolvimento humano e perpetuam o erro; e eles podem desenvolver uma instrução que irá enfraquecer a superstição e, ao mesmo tempo, louvar a religião, ao fazê-la parecer (o que ela certamente é quando compreendida corretamente) o incentivo mais forte a tudo que é generoso e respeitável, e, conseqüentemente, o

² Ver o panfleto atribuído a um grande nome, que dignificaria qualquer outro, intitulado "*Hints, &C, Submitted to the serious Attention of the Clergy, Nobiliaty, and Gentry, newly assembled. By a Layman, a Friend to the true Principles of*

the Constitution in Church and State, and to Civil and Religious Liberty. A quarta edição, corrigida, e impressa por White e Debrett, 1789. (N.A.)

melhor amigo da ordem pública e da felicidade.

A liberdade é a próxima grande benção que eu mencionei como objeto de zelo patriótico. Ela é inseparável do conhecimento e da virtude, e juntas elas completam a glória de uma comunidade. Um país iluminado e virtuoso deve ser um país livre. Ele não pode sofrer ataques aos seus direitos, ou submeter-se a tiranos. Eu não preciso, nessa ocasião, me esforçar muito para mostrar a vocês quão grande é a benção da liberdade. A menor das atenções à história das eras passadas, e ao presente estado da humanidade, fará vocês sensíveis à sua importância. Olhem ao redor do mundo, e você irá encontrar em quase todo país que a diferença entre respeitável ou desprezível, feliz ou miserável, um campo frutífero ou uma terrível ruína – é consequência causada pela presença ou não desta benção. Pensem na Grécia, antiga morada das artes e da ciência, e o mais distinto lugar abaixo do céu; mas agora, tendo perdido a liberdade, é um lugar vil e desgraçado, uma região de escuridão, pobreza e barbaridade. Tais reflexões devem convencê-los que, se você ama seu país, você jamais poderá deixar de promover e zelar pela causa da liberdade. Está em meu plano falar mais sobre isso agora.

As observações que eu fiz incluem nosso inteiro dever com relação ao nosso país; pois pelo esforço para liberalizá-lo e iluminá-lo, para desencorajar o vício e promover a virtude nele, e para assegurar e apoiar suas liberdades, nos esforçaremos para fazer tudo o que for necessário para torná-lo ótimo e feliz. No entanto, é apropriado que, nesta ocasião, eu seja mais explícito e exemplifique nosso dever com nosso país observando

ainda que isso requer que obedeçamos suas leis, e respeitemos suas autoridades.

O governo civil (como eu antes havia observado) é uma instituição da prudência humana para proteger nossas pessoas, nossa propriedade, nosso bom nome, contra eventuais ataques; e para assegurar aos membros de uma comunidade aquela liberdade na qual todos têm um direito igual na medida em que eles não a utilizam para ofender a liberdade dos outros. As leis civis são regulações concordadas por uma comunidade para obter esses fins³; e as autoridades civis são oficiais apontados pela comunidade para executar essas leis. Obediência às leis e às autoridades, portanto, são expressões necessárias de nosso respeito à comunidade; e sem essa obediência, os fins do governo não podem ser obtidos, e a comunidade cairá em um estado de anarquia que irá destruir aqueles direitos e subverter aquela liberdade que o governo foi instituído para proteger.

Espero poder dar-lhes uma explicação justa da importância desta observação. Isso mostra a base na qual o dever de obedecer um governo civil repousa, e que existem dois extremos que devem ser evitados neste caso. Esses extremos são a adulação e o servilismo de um lado, e o orgulho e o desprezo indisciplinado de outro. O primeiro é o extremo ao qual a espécie humana em geral tem estado mais inclinada, pois tem sido mais recorrente o caso de homens passivos do que o de desobedientes; e a rebelião dos reis contra o seu povo tem sido mais comum, e causado mais dano do que a rebelião do povo contra os seus reis.

A adulação é sempre odiosa, e quando oferecida a homens em poder, isso os corrompe dando-lhes ideias impróprias

³ Ver Artigos III e IV da Declaração dos Direitos, pela Assembleia Nacional da França. (N.A.)

de *suas* situações; e isso degrada aqueles que a oferecem, por manifestarem uma baixa baseada nas impróprias ideias sobre *eles mesmos*. Ultimamente, eu tenho observado que este reino se aproxima muito desta baixa. Em nossos últimos discursos ao rei, sobre a sua recuperação da severa doença que lhe fora infligida por Deus, nós temos desempenhado um papel mais próprio a uma manada que rasteja aos pés de um mestre, do que de cidadãos valorosos e iluminados que até regozijam com um amado soberano, mas, que, ao mesmo tempo, têm consciência de que o poder a ele investido deriva deles. No entanto, talvez esse servilismo na linguagem de nossos últimos discursos pudesse ser perdoado como mera *forma* de civilidade, uma expressão de uma espécie de um bom clima transbordante. Ele tem, de todo modo, uma tendência perigosa. Os potentados deste mundo são suficientemente capazes de considerarem-se como possuidores de uma inerente superioridade, o que lhes dá o direito a governar e de transformar em propriedade sua, toda a humanidade; e essa ênfase está em quase todo o lugar, animada por sicofantas que se arrastam ao seu redor, e pela linguagem da adulação que estão continuamente a ouvir.

Os governantes civis são propriamente servos do público; e o rei não é mais do que o primeiro servo do público, criado por ele, mantido por ele, e responsável perante ele: e toda a homenagem celebrada a ele se justifica por sua relação com o público. Sua sacralidade é a sacralidade da comunidade. Sua autoridade é a autoridade da comunidade; e o termo *majestade*, que é usualmente aplicado a ele, é referido não a sua *própria* majestade, mas à *majestade do povo*. Por essa razão, isso procede independentemente do que ele possa ser em seu espaço privado ou as

qualidades pessoais que ele possa ter, sejam estas iguais, ou até mesmo muito piores do que muitos dentre nós – por essa razão, eu digo (ou seja, como representante da comunidade e sua primeira autoridade), ele tem o direito de receber nossa reverência e obediência. As palavras *Excelentíssima Majestade* são adequadamente aplicadas a ele; e negá-las a ele poderia ser um crime.

Vocês devem ficar atentos a essa observação. O aperfeiçoamento do mundo depende da atenção a isso: a humanidade jamais poderá ser virtuosa e feliz plenamente sem que a atenção a isso se torne universal e eficaz. Se nós esquecermos disso, nós vamos cair no perigo de uma idolatria tão grosseira e estúpida como aquela dos antigos pagãos, que, depois de fabricar blocos de madeira ou pedra, se ajoelhavam e os adoravam. A predisposição da humanidade a esse tipo de idolatria é, sem dúvida, um muito angustiante objeto de reflexão. Na Turquia, milhões de seres humanos adoram um reles mortal, e estão prontos a atirarem-se aos seus pés, e submeterem suas vidas ao seu arbítrio. Na Rússia, as pessoas comuns são apenas um acessório nas terras dos *Grandees*, ou apêndices de suas propriedades que, como as luminárias de uma casa, são compradas e vendidas junto com as propriedades. Na Espanha, na Germânia, e sob a maioria dos governos do mundo, a humanidade está em um similar estado de humilhação. Quem, se for dotado de um justo sentimento de dignidade, pode evitar de reprovar tamanha degradação como essa?

Se eu tivesse que oferecer um discurso ao rei na ocasião em questão, eu estaria inclinado a fazê-lo em um estilo muito diferente da maioria dos discursos, e optaria por usar uma linguagem deste estilo:

– Eu regozijo, senhor, em sua recuperação. Agradeço a Deus por sua bondade com você. Lhe honro, não só como meu rei, mas como quase o único rei legítimo no mundo, por ser o único que tem sua coroa por escolha de seu povo. Que você possa desfrutar de toda felicidade possível. Que Deus lhe mostre a tolice daquelas efusões de adulação que você está recebendo agora, e lhe proteja contra seus efeitos. Que você seja guiado por uma justa compreensão da natureza de sua situação, e que seja dotado de sabedoria, para que sua recuperação seja uma benção para esses reinos e que se comprometa a considerar-se mais como um servo do que um soberano do seu povo.

No entanto, eu não devo esquecer o extremo oposto disso; que é, o orgulho desdenhoso derivado de uma consciência de igualdade, ou, talvez, superioridade, com respeito a tudo que dá a verdadeira dignidade aos homens no poder, e produzindo o desprezo a eles, ameaçá-los com rudeza e afronta. É uma observação trivial dizer que os extremos geralmente geram um ao outro. Isso é particularmente verdadeiro no presente caso. Pessoas justamente informadas sobre o assunto do governo, quando veem homens deslumbrados por olhar a sociedade de cima para baixo, e observar a lealdade levada a um extremo que transforma em ignorância e servilismo, tais pessoas, em tais circunstâncias, estão em perigo de desprezar toda a autoridade pública, e abrir mão de todo aquele comportamento respeitoso às pessoas investidas dela, o que a ordem da sociedade requer. Há, indubitavelmente, uma deferência particular e um dever com respeito às autoridades civis, por suas posições e ofícios; não pode um homem ser verdadeiramente sábio ou verdadeiramente virtuoso se ele despreza governos e desenfreadamente *fala mal de seus soberanos*; nem aquele que não

se esforça, de todas as maneiras que puder, em fortalecer suas mãos e fortalecer os esforços que eles fazem no cumprimento de seu dever. *Temei a Deus*, diz São Pedro. *Ame seus irmãos*. Honrem todos os homens. *Honrem o Rei*. - Você precisa, diz São Paulo, *submeter-se aos soberanos, não só pela ira* (quer dizer, pelo medo de sofrer as penalidades referentes ao incumprimento das leis) *mas por sua consciência. Pois soberanos são ministros de Deus, e vingadores para castigar a tudo o que pratica o mal*.

Outra expressão do nosso amor ao nosso país é defendê-lo contra inimigos. Esses inimigos são de dois tipos, internos ou externos; ou, em outras palavras, domésticos e estrangeiros. O primeiro é o mais perigoso, e eles geralmente têm tido mais sucesso. Eu observei que há uma submissão aos oficiais executivos do governo que é nosso dever; mas você não deve esquecer o que eu também observei antes, ou seja, que esta não pode ser uma submissão servil e cega. Os homens em poder (a menos que estejam melhor dispostos do que a média) sempre tentam estendê-lo. Eles odeiam a doutrina que explica seu poder a partir da CONFIANÇA derivada do povo, e não como um *direito* investido neles mesmos. Por essa razão, a tendência de todo governo é o despotismo; e, nisso, os melhores governos se desconstituem, se o povo não estiver vigilante e preparado para reagir e resistir aos abusos tão logo eles começarem. É nosso dever, portanto, manter essa vigilância. Sempre que ela descansa, e o povo deixa de raciocinar sobre seus direitos e de estar atento às usurpações, eles estão em perigo de serem escravizados, e seus *servos*, em breve, se tornarão seus *mestres*.

Eu nem preciso dizer o quanto é nosso dever defender nosso país contra inimigos estrangeiros. Quando um país é

atacado em qualquer um de seus direitos por outro país, ou quando qualquer investida é feita por ambiciosos poderes estrangeiros para causar dano a ele, uma guerra em sua defesa se torna necessária; e, em tais circunstâncias, morrer por nosso país é meritório e nobre. Essas guerras *defensivas* são, em minha opinião, as únicas guerras justas. As guerras *ofensivas* são sempre ilegítimas; e perseguir o engrandecimento de nosso país por elas, ou seja, atacando outros países com o intuito de estender domínios, ou para satisfazer a avareza, é perverso e detestável. De todo modo, estas têm sido a maioria das guerras que ocorreram no mundo; mas, eu espero, está chegando o momento em que prevalecerá a condenação à tolice⁴ e à iniquidade das guerras; e quando as nações da terra, felizes sob governos justos, e não mais em perigo pela paixão dos reis, irá encontrar um modo melhor de resolver suas disputas; e transformar (como Isaías profetiza) *suas espadas em relhas de arado, e suas lanças em foices*.

Entre os detalhes inclusos no que são os deveres com o nosso país, descontando o amor que deveríamos mostrar a ele, eu vou apenas mencionar, a seguir, o de rezar por ele e dar graças a Deus por todos eventos favoráveis a ele. Na presente temporada nós chamamos a demonstrar, deste jeito, o nosso amor pelo nosso país. É compromisso para hoje e para esta cerimônia; e, portanto, é necessário que agora eu me refira a isso.

⁴ Veja a marcante representação da tolice das guerras na última seção do Tratado sobre a *Administration of the Finance of France*, do Sr. Necker. Há razões para crer que os sentimentos com relação a este tema contidos naquele tratado são os que predominam agora na corte e na legislatura da França, conseqüentemente, que um dos felizes efeitos da revolução naquele país pode ser, se não por culpa nossa, uma harmonia entre os dois principais reinos do mundo,

Nós estamos reunidos para agradecer a Deus por aquele evento em nosso país que recebeu o nome de Revolução, acontecimento este que, por mais de um século, tem sido comum para os amigos da liberdade, e mais precisamente para os Protestantes Dissidentes, sob o título de *Revolution Society*, celebrar com expressões de júbilo e exultação. Meu valioso e excelente amigo⁵, que discursou para vocês nesta ocasião no ano passado, lhes brindou com uma interessante análise das principais circunstâncias que levaram a este evento, e das razões pelas quais nos devemos alegrar por ele. Com uma vitória sem sangue, os grilhões que o despotismo preparou para nós foi quebrado; os direitos do povo foram assegurados, um tirano expulso, e um soberano de nossa própria escolha foi apontado em seu lugar. Segurança foi dada à nossa propriedade, e nossas consciências foram emancipadas. As fronteiras do livre pensamento foram ampliadas; o livro no qual estão as palavras da vida eterna ficou mais aberto ao nosso próprio exame; e aquela era de luz e liberdade foi introduzida entre nós, pela qual nós nos tornamos um exemplo para os outros reinos, considerados assim professores do mundo. Não fosse por essa libertação, a probabilidade é que, em vez de sermos assim distinguidos, nós seríamos agora um povo vil, gemendo sob a tirania e a miséria do papismo e da escravidão. Queremos, portanto, oferecer nossas graças ao Senhor, autor de todas nossas bênçãos. *Se Ele não estivesse em nosso*

fortalecidos por uma comum participação na crença da liberdade, não só impedindo sua participação em futuras guerras com outros, mas possibilitando a união para que se previna guerras em todos os lugares, tornando assim o mundo livre e feliz. (N.A.)

⁵ Veja o sermão do Dr. Kippis, proferido em 4 de novembro de 1788, para a *Revolution Society*, e impresso pelo Sr. Cadell. (N.A.)

lado, nós teríamos sido engolidos vivos, e as águas altivas teriam passado por sobre as nossas almas. Mas nossas almas escaparam, e o laço se quebrou. Abençoado seja o nome do Senhor, que fez o céu e a terra. Salmo 124.

É bastante conhecido que o Rei James não esteve longe de conseguir alcançar seu objetivo, e que provavelmente ele teria tido êxito se fosse menos impaciente. No entanto, ele era um tolo e um fanático. Lhe faltava tanto coragem quanto prudência; e, deste modo, fugiu e nos deixou estabelecer, por nossa conta, esse governo do qual agora nos vangloriamos. Nós temos uma razão especial, como Protestantes Dissidentes, para nos alegrar nesta ocasião. Foi nesse momento que nós fomos resgatados da perseguição, e obtivemos a liberdade de adorar a Deus da maneira que nós julgamos mais aceitável para ele. Foi então que nossas *meeting houses* foram abertas, e nossa adoração foi estabelecida sob proteção da lei, e os princípios da tolerância triunfaram. Nós temos, portanto, nessa ocasião, razões peculiares para agradecer – mas nos lembremos que nós não devemos nos satisfazer com agradecimentos. Nossa gratidão, se genuína, será acompanhada por esforços em estabelecer a libertação que nosso país obteve, e em estender e aperfeiçoar a alegria com a qual a Revolução nos abençoou – cuidemos, em particular, de não esquecer os princípios da Revolução. Essa sociedade tem sustentado os seus princípios em seus relatórios, de modo muito apropriado, como um ensinamento para o público. Eu chamarei atenção apenas para três pontos:

Primeiramente; O direito à liberdade de consciência em assuntos religiosos.

Em segundo lugar; O direito a resistir ao poder quando se abusa dele. E,

Em terceiro; o direito de escolher nossos próprios governantes; de cassá-los por má conduta; e o de estabelecermos um governo nós mesmos.

A Revolução foi fundada sobre estes três princípios, mais especificamente o último. Se não fosse verdade que a liberdade de consciência é um direito sagrado; que o abuso de poder justifica a resistência; e que a autoridade civil é uma delegação do povo – se isso não fosse um fato, eu digo, a Revolução não seria uma afirmação, mas um ataque aos direitos; não uma REVOLUÇÃO, mas uma REBELIÃO. Guardem em seu peito essa convicção, e ajam de acordo com sua influência; detestando as odiosas doutrinas da obediência passiva, não-resistência, e o direito divino dos reis – doutrinas que se continuassem atuando neste país, iriam nos transformar, a esta altura, em escravos desgraçados – doutrinas que implicam que Deus fez a espécie humana para ser oprimida e saqueada; uma blasfêmia contra ele, e um não menor insulto ao senso comum.

Eu gostaria ainda de lembrá-los que ao mesmo tempo em que a Revolução foi uma grande obra, não foi uma obra perfeita; e que nem tudo que era necessário para colocar o reino em segurança e total posse das bênçãos da liberdade foi conquistado. Em particular, vocês devem lembrar, que a tolerância então obtida era imperfeita. Ela incluía apenas aqueles que podiam declarar sua fé nos artigos da doutrina da igreja da Inglaterra. Ela foi, de fato, estendida, mas não suficientemente; pois ainda existem leis penais com referência a opiniões religiosas, que (fossem elas levadas a cabo) iriam silenciar vários de nossos lugares de adoração, e o silêncio aprisionaria alguns de nossos melhores homens. As *Test Laws* ainda estão em vigor, e priva de elegibilidade para os cargos civis e militares, todos os que não

se conformam com a adoração estabelecida. É com grande prazer que eu tomo conhecimento de que o corpo de Protestantes Dissidentes, apesar de derrotados nas últimas duas tentativas de livrar seu país desta desgraça, decidiram perseverar. Devem, afinal, prosperar, e terão a satisfação, não só de libertarem-se de uma proibição que não merecem, mas de contribuir para a diminuição do número de iniquidades públicas. Pois não posso chamar por um nome mais suave leis que convertem um mandato estabelecido pelo nosso Salvador para comemorar sua morte em um instrumento de política opressora, e a caracterização como libertinos e ateístas que inviabiliza a presença em postos civis. Eu disse, eles devem ter sucesso – mas talvez não devesse sugerir qualquer dúvida sobre seu sucesso⁶. É que, quando

⁶ Foi um infortúnio para os Dissidentes que, em suas últimas investidas para revogar a *Test Laws*, elas encontraram oposição do Sr. Pitt. Ele afirmou que como não crentes e praticantes da Igreja da Inglaterra, eles deviam ser excluídos da elegibilidade para cargos públicos, o que é um direito para os outros cidadãos, e consequentemente nega a *completa* tolerância. Reconhecendo, de todo modo, sua integridade e respeitabilidade, considerou mais importante proteger sua igreja nacional. Tais sentimentos, nestes tempos, não podem honrar a qualquer homem, menos ainda o filho do antigo Lord Chatham, cujas opiniões sobre a tolerância e os Protestantes Dissidentes podem ser conhecidas a partir do seguinte episódio. Em 1769 e 1772, os ministros entre os Dissidentes solicitaram ao Parlamento uma liberação da obrigação de aceitar os artigos doutrinários da Igreja da Inglaterra, reivindicando tolerância, e em ambos os casos obtiveram sucesso na *House of Commons*, em função da neutralidade do Lord North, mas, em seguida, foram derrotados na *House of Lords*, em função da oposição do *Episcopal Bench*. De todo modo, eles perseveraram, os bispos se retrataram, e na terceira petição tiveram êxito em ambas as Casas. No debate ocasionado na *House of Lords* pela *segunda* solicitação, o Dr. Drummond, arcebispo de York, se referiu aos Dissidentes como “homens de ambição fechada”. Lord Chatham disse que aquilo era um juízo impiedoso, e que

eu considero que, na Escócia, a igreja estabelecida não é defendida por nenhum *Test* semelhante – que na Irlanda ele foi abolido – que um grande país vizinho declarou que é um direito irrevogável de todos os cidadãos de serem igualmente elegíveis para cargos públicos – que no mesmo reino um não dissidente da igreja oficial ocupa o primeiro cargo no Estado – que nos territórios do imperador, aos Judeus se permitiu iguais privilégios aos dos outros cidadãos – e, aqui neste país, um Dissidente, apesar de estar excluído do poder de *executar* as leis, pode, ainda, *elaborá-las*, - Quando considero fatos como esses, penso que é impossível que os inimigos da revogação das *Test Laws* não se sintam, logo, envergonhados e desistam de exercer oposição.

levantar acusações sem prova era difamação. E continuou: “Os Ministros Dissidentes são apresentados como homens de ambição fechada. Assim são, meus senhores, e sua ambição é de estarem *fechados* com o grupo de pescadores, não dos cardeais, e de manter a doutrina dos apóstolos inspirados, não dos decretos dos ambiciosos bispos. Eles lutam por um credo espiritual, e adoração da escritura. Nós temos um credo calvinista, uma liturgia papal, e um clero arminiano. A Reforma abriu a escritura a todos. Não deixemos que os bispos a fechem outra vez. Foram apresentadas leis em apoio ao poder eclesiástico que, caso executadas, chocariam a humanidade. Se diz que as seitas religiosas causaram grandes problemas quando não estavam sujeitas a controle: mas a história não tem provas de que tenham causado algum dano quando não estavam livres da opressão da igreja dominante”. Ver os debates parlamentares de 1772. Em uma de suas cartas para mim, não muito após esse debate, datada de 16 de janeiro de 1773, de Burton-Pynfent, ele se expressava nos seguintes termos: “ao escrever-lhe, é impossível que minha alma não se experimente ao mais interessante de todos os objetos para o homem: a Tolerância. Esteja seguro que sobre esse direito inalienável e sagrado da natureza, e baluarte da verdade, meus calorosos desejos estarão sempre em paz com os seus. Feliz se os tempos permitirem somar esperança a estes nossos desejos. (N.A.)

No entanto, a mais importante questão do imperfeito estado no qual a Revolução deixou nossa constituição é a *desigualdade em nossa representação*. Eu acho, de fato, que esse defeito de nossa constituição é tão grosseiro e notório, que o torna o mais sério tanto em forma quanto em teoria. Vocês devem lembrar que a representação na legislatura de um reino é a base da liberdade constitucional nele, e de todo governo legítimo; e que sem ela, o governo não é nada senão uma usurpação⁷. Quando a representação é justa e equilibrada, e ao mesmo tempo revestida com tais poderes como a *House of Commons* possui, um reino pode ser considerado governado por si mesmo, e, conseqüentemente, possuidor da liberdade real. Quando a representação é parcial, um reino possui a liberdade apenas parcialmente; e se é extremamente parcial, ela apenas dá a aparência de liberdade; mas e se for ainda, além de extremamente parcial, eleito corruptamente, e estiver sob influência corrupta após ter sido escolhido, isso se torna um transtorno, e produz o pior de todas as formas de governo – um governo de corrupção, um governo carregado e sustentado pela venalidade e pelo desperdício. Que o céu proteja esse reino de uma calamidade tão lamentável! É o ponto de depravação no qual governos sob tais abusos, como são os nossos, naturalmente tendem a chegar, que são o último estágio da infelicidade nacional. Nós estamos, no momento, eu espero, a uma grande distância disso. Mas não posso fingir que não há avanços nesse sentido, ou que não há razões para se preocupar.

⁷ Excetos em Estados tão pequenos para admitir uma Assembleia Legislativa que inclua todos os membros do Estado. (N.A.)

A inadequação de nossa representação tem sido, por um longo tempo, um assunto de reclamação. Isso é, na verdade, nossa lamentação fundamental; e eu não penso que tenhamos um dever maior como homens que amam seu país, e que estão agradecidos com a Revolução, do que nos unirmos zelosos em nos esforçamos para ter isso reparado. Na época da guerra Americana, associações foram formadas para esse propósito em Londres e em outras partes do reino; e mesmo o nosso atual ministro tem, desde a guerra, dirigido a isso um esforço que fez dele favorito de muitos entre nós. No entanto, todo o interesse por isso parece agora ter desaparecido, e é provável que continue assim, e que nada seja feito para que possamos obter essa benção, até que uma grande calamidade novamente alarme nossos medos, ou até que algum grande abuso de poder novamente provoque ressentimento; ou, talvez, até a aquisição de uma pura e equilibrada representação por outros países (enquanto nós somos ridicularizados nas sombras⁸) acendam nossa vergonha.

Essa a conduta pela qual devemos expressar nossa gratidão pela Revolução. Nós devemos sempre manter em mente os princípios que a justificaram. Nós devemos contribuir de todas as formas que pudermos para superar o que ela deixou deficiente; e nos mostrarmos ansiosos para transmitir suas bênçãos obtidas para nossa posteridade, intactas e aperfeiçoadas. Porém, irmãos, enquanto nós expressamos nosso zelo patriótico, vamos cuidar para não desgraçar a causa do patriotismo com qualquer conduta insolente ou imoral. Ó! Como desejo encarecidamente que todos que

⁸ Uma representação escolhida principalmente pelo *Treasury* e por poucos milhares que pertencem à minoria do povo e que são, geralmente, pagos por seus votos.

professam zelo por essa causa, fossem tão distintos pela pureza de seus valores morais como alguns são por suas habilidades; e então eu poderia mostrar a eles as vantagens que eles obteriam de um caráter virtuoso, e as suspeitas que provocam e o descrédito que experimentam por carecerem de virtude. Ó! Como queria ver em homens que se opõem à tirania do Estado, um desdém pela tirania das baixas paixões em si mesmos, ou, ao menos, algum sentimento de vergonha e respeito à ordem pública e à decência que os induziria a *ocultar* suas irregularidades, e os instigaria a evitar insultar a virtuosa parte da comunidade com uma exibição aberta do vício! Não posso aceitar a ideia de um patriota imoral, ou a separação da virtude privada da pública, o que alguns pensam ser possível. Se é para esperar isso, eu prefiro me abster. Temo pelas concessões que muitos estão sempre prontos a fazer, e, pelo que eu não poderia me justificar.

Eu tenho lhes explicado a natureza e as expressões de um justo respeito ao nosso país. Permitam-me exortá-los a examinar suas condutas pelo que eu venho dizendo. Vocês amam seu país, e desejam sua felicidade; e, sem dúvida, vocês têm a maior das razões para amá-lo. Ele tem sido, há muito tempo, um país distinto e privilegiado. Frequentemente Deus se fez presente por ele, e o abençoou. Vamos estudar para mostrar que somos merecedores dos privilégios que ele nos ofereceu. Vocês exercitam suas próprias virtudes, e estudam para promover a dos outros? Vocês obedecem às leis de seu país, e procuram fazer sua parte para a manutenção e perpetuação de seus privilégios? Vocês sempre dão o seu voto ao lado da liberdade pública; e vocês estão prontos para derramar sangue em sua defesa? Vocês pedem para Deus para continuar a privilegiar seu país, e rezam para sua prosperidade,

preservando, ao mesmo tempo, um estrito respeito aos direitos de outros países, e sempre considerando vocês mesmos mais como cidadãos do mundo do que como membros de qualquer comunidade particular? Se é esse o seu temperamento e sua conduta, vocês abençoam o seu país, e se todos fossem como vocês, esse mundo seria um paraíso.

Eu estou me dirigindo aos Cristãos. Deixe-me, portanto, lembrar a vocês do exemplo de nosso abençoado Salvador. Eu observei, no início desse discurso, que ele não inculcou em seus ouvintes o amor ao país, ou falou qualquer coisa sobre isso como parte de nossos deveres. Em vez de fazer isso, eu observei que ele ensinou a obrigação de amar toda a humanidade, e recomendou a benevolência universal, como nosso primeiro dever (assim como o amor a Deus); e, eu acho, que eu também provei a vocês que isso, nas circunstâncias do mundo naquela época, foi uma lição de incomparável sabedoria e bondade. No entanto, não devemos inferir a partir disso, que ele não incluiu o amor ao nosso país como uma de nossas tarefas. Ele mostrou, na verdade, o contrário, mas a partir de seus exemplos. Parece que ele possuía uma particular afeição por seu país, embora fosse um muito perverso país. Nós lemos em Lucas, 19:42, que quando, ao aproximar-se de *Jerusalém* em uma de suas últimas jornadas até lá, Ele a contemplou, lamentou e disse: *Ah, se tu soubesses (mesmo tu, pelo menos nesse teu dia) as coisas às quais pertencem a tua paz.* Que sensível preocupação com o seu país implica essa lamentação diante de *Jerusalém*, que é gravada no mesmo evangelho, 13:34: *Ó! Jerusalém, Jerusalém, tu que matastes os profetas, e apedrejastes aqueles que a ti foram enviados, quantas vezes eu quis reunir os seus filhos, como uma galinha que*

protege sua ninhada sob suas asas, mas você não se importou.

Talvez não seja inapropriado mencionar ainda o amor que São Paulo expressou por seu país, quando ele declarou que, pelo bem de seus irmãos e parentes, ele poderia até mesmo desejar ser um *maldito para Cristo* (Romanos, 9:3). As palavras originais são um *anátema de Cristo*; e seu significado é que ele se contentaria em sofrer, *ele mesmo*, as calamidades que viriam direcionadas ao povo Judeu, se a partir disso, com seu sacrifício, ele pudesse salvá-los.

É muito evidente que o estado atual do país se tornou um assunto de preocupação e ansiedade. Faz falta (eu mostrei a vocês) a grande segurança que advém da liberdade pública. O aumento do luxo tem multiplicado os seus abusos. O monstruoso peso da dívida o está aleijando. Vício e venalidade estão trazendo o descontentamento de Deus. Aquele espírito que merece nossa distinção está em declínio⁹; e alguns dos últimos eventos parecem provar que, cada dia mais, a segurança de nossas liberdades está mais vulnerável¹⁰. São necessários, portanto, as suas ações patrióticas; e, pelo bem dos privilégios que a tempo gozamos; pelo bem de nossos irmãos e companheiros, e pelo bem de tudo aquilo que deve ser caro para o povo livre, nós devemos fazer o máximo para salvá-lo dos perigos que o ameaçam; relembando que, agindo assim, nós promoveremos, da melhor forma, o nosso interesse privado, bem como o interesse de nosso país; pois quando a comunidade prospera, os indivíduos que a compõem prosperam

⁹ Uma dessas distinções, graças às formas de uma excelente constituição de governo, é a que permite realizar as mudanças necessárias para corrigir abusos e promover a liberdade perfeita, sem tumultos ou perigos; já em outros países, carentes dessa forma, quando se faz necessário erguer uma nova constituição das ruínas da

com ela. No entanto, se isso não acontecer, ou se nós sofreremos em nosso secular interesse por termos nos esforçado para promover o interesse de nosso país, nós sentiremos uma satisfação em nossos peitos que é preferível a tudo que esse mundo pode dar; e nós desfrutaremos da esperança de em breve nos tornarmos membros de uma perfeita comunidade nos céus, onde teremos uma *recepção abundante no reino eterno de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo*.

Vocês podem, de maneira razoável, esperar que eu devo agora encerrar esse discurso. Mas não posso ainda dispensá-los. Eu não devo concluir sem recordá-los de um tema sobre o qual, por mais de uma vez, eu fiz alusões, e ao longo de toda minha fala, seus pensamentos estiveram o esperando: um tema que minha mente está mais impressionada do que posso expressar em palavras. Quero dizer, o tema da promissora situação, nos tempos atuais, dos esforços em favor da causa da liberdade pública.

Que período agitado é esse! Eu sou grato por ter vivido para ver isso; e eu quase posso dizer, *Senhor, deixes agora que teu servo partas em paz, pois meus olhos já viram tua salvação*. Eu vivi para ver uma difusão de conhecimento que enfraqueceu a superstição e o erro. – Eu vivi para ver os direitos do homem melhor compreendidos do que nunca; e nações suspirarem por liberdade, quando parecia que haviam esquecido que ela existia. Vivi para ver trinta milhões de pessoas, indignadas e resolutas, repelindo a escravidão, e demandando liberdade com uma voz incontornável; e

antiga, não se pode atingir a liberdade e fugir da escravidão sem o perigo da anarquia. (N.A.)

¹⁰ Entre tais usurpações, devo lembrar a extensão das leis do *Excise*, a introdução dos custos tributários da agricultura, e os recentes ataques à liberdade de imprensa e à circulação da inteligência. (N.A.)

seu rei conduzido em triunfo, e um monarca arbitrário rendido diante de seus súditos. Após haver compartilhado dos benefícios de uma revolução, me foi permitido ser testemunha de duas outras revoluções, ambas gloriosas. E agora, eu vejo o ardor da liberdade contagioso e irresistível; o início de uma reforma geral nos assuntos humanos; o domínio dos reis substituído pelo domínio das leis, e o domínio dos padres dando lugar ao domínio da razão e da consciência.

Coragem, todos vocês, amigos da liberdade, e escritores que a defendem! Os tempos são auspiciosos. O seu trabalho não tem sido em vão. Observem os reinos, criticados por vocês, despertando do sono, arrebatando seus grilhões, e clamando por justiça perante

seus opressores. Observem que a luz que vocês dispararam, depois de libertar a América, refletiu-se na França, e lá acendeu-se uma chama que reduziu o despotismo a cinzas, e acalentou e iluminou a Europa!

Tremem, todos os opressores do mundo! Defensores de governos e hierarquias servis, se cuidem! Não peçam mais (de modo absurdo e perverso) por REFORMA, inovação. Vocês não podem mais manter o mundo em escuridão. Não lutem mais contra a crescente luz e a liberalidade. Restabeçam, à humanidade, os seus direitos; e aceitem a correção dos abusos, antes que eles e vocês sejam destruídos juntos.

Finis